

RACHADINHAS

Anulação tirou prova central

Foi a quebra do sigilo que permitiu rastrear pagamento de despesas de Flávio Bolsonaro

O policial militar Fabrício Queiroz era figura conhecida dos caixas, no banco dentro do prédio da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Assessor parlamentar do então deputado Flávio Bolsonaro, os saques, depósitos e pagamentos de boletos — dele e do patrão — na agência eram rotineiros.

Na segunda-feira da semana que antecedeu o primeiro turno das eleições de 2018, Queiroz chegou cedo. Foi atendido às 10 horas e 21 minutos. Entregou dois boletos e um "maço de dinheiro" — operação de quantia elevada, que teve liberação do gerente. O troco e os comprovantes de quitação foram entregues ao cliente, que ainda fez um saque de R\$ 5 mil, em espécie.

A sequência narrada tem registro em vídeo das câmeras de segurança do banco e fotos de reprodução.

Material anexado ao procedimento de investigação por suspeita de esquema de "rachadinhas" e contratações fantasmas, aberto pelo Ministério Público do Rio em 2018 con-

tra o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos/RJ). Os títulos bancários pagos por Queiroz, naquele 1º de outubro, eram as mensalidades da escola das duas filhas do casal Flávio e Fernanda Antunes Figueira Bolsonaro.

Quebra do sigilo

A descoberta decorreu do levantamento do sigilo bancário e fiscal dos investigados, em abril de 2019.

Considerada a prova central do caso, a quebra dos sigilos fiscal e bancário foi anulada na semana passada pela 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram alvos da quebra dos sigilos, o filho mais velho do presidente, Jair Bolsonaro, sua nora, Queiroz e dezenas de assessores, ex-assessores, pa-

rentes, amigos e vizinhos do "clã Bolsonaro".

Na sessão de ontem, o colegiado julgaria mais dois recursos da defesa de Flávio. Se aceitos pelo STJ, poderiam anular toda investigação das "rachadinhas", desde sua origem, às provas, demais atos do procedimento e a denúncia. Os recursos, no entanto, foram retirados ontem da pauta 5ª Turma, por tempo indeterminado.

Espinha dorsal

Mesmo que os dois recursos sejam rejeitados pela 5ª Turma, integrantes do MP do Rio avaliam que a primeira denúncia das "rachadinhas" contra Flávio Bolsonaro, apresentada em novembro de 2020, ao Tribunal de Justiça do Rio, perdeu a "espinha dorsal", com a

decisão do dia 23, que retira todo acervo de dados obtidos com a quebra e contamina provas e atos relacionados.

Decretada em abril de 2019, pelo juiz da 27ª Vara Criminal do Rio, Flávio Nicolau Itabaiana, os

dados da quebra embasam a maior parte das 400 páginas da denúncia, serviram de argumento para os pedidos de prisão de Queiroz e sua mulher, de buscas e apreensões feitas nos últimos dois anos e serviu de elemento de prova para parte robusta das investigações conexas, ainda sigilosas.

A análise dos registros bancários e fiscais permitiu ao MP a rastreabilidade do caminho, da origem ao destino, de pelo menos R\$ 2 milhões — dos cerca de R\$ 4 milhões que teriam sido desviados da Alerj.

Recursos públicos que, segundo os promotores, serviram para suposto enriquecimento ilícito e custeio de despesas pessoais de Flávio, que acabou de comprar uma mansão em Brasília.



Segundo o MP, a decisão do STJ quebra a espinha dorsal da investigação contra Flávio Bolsonaro

SAIBAMAI

» Depois de ter os argumentos negados no Tribunal de Justiça do Rio, os advogados recorreram ao STJ. O relator do caso, ministro Félix Fischer, também entendeu serem legais a decisão de Flávio Itabaiana, como o uso da quebra.

» O advogado do senador, Frederick Wassef, e a advogada Nara Nishizawa levaram o pedido ao colegiado da 5ª Turma — composto por cinco ministros.

» Depois de alguns adiamentos no julgamento, a tese foi aceita pelo voto de vista do ministro João Otávio de Noronha. Seguido pelos ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e José Ilan Paciornik.

Não foi obra do acaso ou coincidência

As informações obtidas a partir da quebra do sigilo foram essenciais para a comprovação dos esquemas de lavagem de dinheiro acusados.

Segundo o MP, a devolução parcial dos salários dos "assessores fantasmas" ocorria, na maioria das ocasiões, por meio de saques em espécie realizados logo após os depósitos dos pagamentos da Alerj. "Não se trata de mera coincidência, ou obra do acaso, mas opção deliberada pela realização de operações que não deixassem registros diretos no sistema financeiro acerca do destino dos recursos", informam os promotores, nos autos.

"Apesar do indisfarçável propósito de despistar o percurso" do dinheiro desviado da Alerj, "pôde-se, ainda assim, identificar pelo cruzamento de dados bancários que vários desses saques em espécie estão associados a depósitos, também em espécie, na conta bancária do denunciado Fabrício Queiroz, inclusive efetuados nas mesmas datas e nos mesmos valores dos saques", registra a primeira denúncia contra Flávio.

A defesa de Flávio Bolsonaro aponta desde 2018 que a quebra de sigilo bancário e fiscal decretada pelo juiz da 27ª Vara Criminal como indevida.

Mensalidade escolar

Por meio dos dados, os promotores disseram ter obtido "provas cristalinas" de que Queiroz pagava até mesmo as mensalidades escolares das filhas de Flávio Bolsonaro com dinheiro ilícito oriundo do esquema das "rachadinhas".

Entre 2015 e 2018, por exemplo, dos R\$ 251,8 mil pagos ao colégio das netas do presidente, R\$ 153 mil equivalentes a "53 boletos bancários" — foram pagos "dinheiro em espécie não proveniente das contas bancárias do casal", segundo as apurações

etapas do processo de branqueamento de "dinheiro sujo" (seja de corrupção, do roubo ou do tráfico): a de movimentação sucessiva dos valores para afastá-lo da origem criminosa e despistar possíveis rastreamentos, permitindo que ele chegue ao destino, de forma aparentemente legal.

No procedimento investigatório do MP das "rachadinhas", aberto em 2018, a obtenção dos dados bancários é considerada um divisor de águas.

As informações obtidas renderam, à partir do segundo semestre de 2019, pedidos de aprofundamento das apurações, diagramas e planilhas sobre os núcleos operacionais do suposto esquema e valores relacionados a eles e provas para a primeira denúncia do caso.

Siga o dinheiro

Em apurações de crimes financeiros, uma regra básica e bastante conhecida é: "Siga o dinheiro". Técnica consagrada, que tem como fundamento o foco em uma das

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO,
SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 14/2021-HFA

(Processo Administrativo nº 60550.018090/2020-42)

Aviso de Abertura de Licitação

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de saúde para a Seção Central de Abastecimento de Material Médico Hospitalar - SCAMMH, destinado a atender às necessidades do Hospital das Forças Armadas - HFA, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Edital e seus anexos.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da Sessão Pública: 16 de março de 2021, às 09h.

Endereço: Sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília – DF, 02 de março de 2021
KLADSON TAUMATURGO FARIAS – Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA